MEDIAÇÕES EM MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

Mediations in epigraphic monuments

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
jde@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Faculdade de Letras

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9090-557X

DOI
https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-10_5

Texto recebido em / Text submitted on: 01/05/2024
Texto aprovado em / Text approved on: 17/10/2024

Biblos. Número 10, 2024 • 3.ª Série
pp. 115-132

RESUMO

Ao propor-se "mediações" para tema de fundo deste número de *Biblos,* quiçá se pensou de imediato no malefício hodierno: os intermediários, veículo de encarecimento do produto e sanguessuga do produtor. Sucede, todavia, que poderia esquecer-se nessa voragem o papel positivo do mediador técnico-cultural. Propõe-se, pois, a apresentação de casos em que monumentos epigráficos romanos e da atualidade denunciam o papel do mediador e mostrar como também esse aspeto se reveste de não despiciendo alcance cultural.

Palavras-chave: monumentos epigráficos; epigrafia romana; o lapicida; a minuta; os erros.

ABSTRACT

When 'mediation' was suggested as the main theme of the current issue of Biblos, one might have immediately thought of today's challenging mediations in finance and economics. However, the positive role of the technical and cultural mediator could easily be forgotten in this maelstrom. By looking at both Roman and modern epigraphic monuments, we want to analyse another type of mediation with significant cultural importance.

Keywords: epigraphic monuments; Roman epigraphic; the stonecutter; the epigraphic minute; textual mistakes.

ANTELÓQUIO

A natural estranheza do título proposto para este artigo postula antelóquio a enunciar o contributo proposto e os objetivos a atingir, no quadro do que, mui significativamente, se usa chamar "o estado da arte".

A inscrição – quer a que remonta à Antiguidade Clássica quer a dos tempos mais recentes – deixou de ser considerada em termos de mero documento histórico circunstancial, onde apenas ao letreiro em si se dá atenção, qual singelo testemunho duma ocorrência. Consciencializou-se, com Giancarlo Susini (1997: 174), que "L'iscrizione è lo strumento scritto della volontà di sopravvivenza degli uomini nel tempo" e que, afinal, essas poucas palavras gravadas constituíam, de facto, o ato último dum percurso a ter em conta. Daí que o epigrafista, hoje, reconhecendo serem essas as palavras exatas da mensagem sintética que, em determinado momento, alguém (individual ou coletivamente) selecionou para memória futura, encare a epígrafe como monumento cultural (Encarnação, 2020: 136).

Ou seja – e este constitui o aspeto específico para se pretender haver razão para incluir esta reflexão num volume sobre "mediadores" – o normal é o propósito de gravar uma epígrafe implicar a intervenção do canteiro encarregado de a executar. É ele o mediador técnico que, ao receber a encomenda, estuda o modo de a satisfazer, nomeadamente a forma de inserir o texto no suporte selecionado. Chama-se a essa fase a da paginação, operação hoje corriqueira nas artes gráficas e no jornalismo, mas que, em termos de ciência epigráfica, só mui recentemente começou a ser analisada. A escolha do módulo das letras e a colocação das palavras no espaço disponível obedecem a critérios que hoje se analisam, mormente porque, amiúde, por aí se logra descortinar o local para onde, em termos visuais, o letreiro foi pensado e, sobretudo, tendo em conta a natural comunicação do texto em minuta manuscrita ou ditada, fica aí patente a intervenção do canteiro / mediador.

Nem sempre o canteiro é letrado; nem sempre o letreiro está manuscrito em maiúsculas; frequentemente, inclusive o que é texto usual lhe é apresentado em siglas ou em abreviaturas. Aqui e acolá, já estes aspetos da concretização de uma epígrafe têm sido abordados, sobretudo quando nos deparamos com uma inscrição que patenteia erros ortográficos, devidos, sem dúvida, a má interpreta-

ção da minuta ou a deficiente compreensão oral, nomeadamente quando se está perante indivíduos de diverso horizonte linguístico ou de escassa alfabetização. A questão dos erros, por exemplo, foi, expressamente, alvo duma reunião científica em Milão (Sartori e Gallo, 2019); a questão das anomalias ortográficas frequentemente se assinala no caso das variantes verificadas na grafia dos teónimos indígenas, como é o caso de *Endovellicus* (Encarnação, 2024: 23). Ainda não se integrara, todavia, esta problemática no âmbito do fenómeno "mediações".

Por outro lado, fala-se de "Epigrafia" especialmente em relação à Antiguidade Clássica e esquece-se que o monumento epigráfico sempre existiu ao longo de todas as épocas históricas e continuará a existir, inclusive cada vez com maior diversidade de suportes, ao ponto de não ser inviável e estranho que possa vir a falar-se de "Epigrafia", por exemplo, no caso das tatuagens, como, recentemente, se não esqueceram os grafitos (Encarnação, 2018). Esse pretende ser também o objetivo destas linhas: mostrar como o que se analisa para uma epígrafe romana igualmente se pode analisar numa inscrição doutra época, com idêntica metodologia. E, em todos os casos, há mediações a ter em conta e um ambiente cultural a descobrir. De facto, no quotidiano, como se disse, a noção de "mediação" assume, de imediato, a conotação económica; cumpre chamar a atenção para a sua conotação cultural: a análise do resultado final duma epígrafe tem de surpreender o que se escreveu, como se escreveu e os momentos anteriores a essa escrita.

Deseja-se, por conseguinte, através de exemplos "concretos" (como sói dizer-se…), documentar essa nova preocupação que assiste atualmente ao epigrafista – bem diferente da vigente até não há muito tempo.

Poderá suceder aqui como no conhecido episódio do ovo de Colombo: "Pois, é verdade, assim tem de ser!". Se, no entanto, num volume sobre mediações, se não falasse do papel do canteiro na execução duma epígrafe, tal poderia correr o risco de não vir a ser considerado. Essa a intenção.

INTRODUÇÃO

Foi Giancarlo Susini quem por primeiro chamou a atenção para as fases de preparação dum monumento epigráfico romano, num livro que se tornou clássico,

Il Lapicida Romano (1966). Como o próprio título indica, a atenção focou-a o Mestre na pessoa do artesão que vai buscar a pedra para a oficina, a afeiçoa e prepara para receber o texto que o cliente lhe irá encomendar.

Se a primeira fase se prende com o ambiente geológico – e vem-nos logo à mente aquela passagem do conhecido sermão do Padre António Vieira, "Arranca o estatuário uma pedra dessa montanha…" –, a segunda decorre na oficina e resulta do diálogo entre o cliente e o canteiro. O cliente que tem uma ideia, dados concretos; o canteiro que, ao receber a encomenda, olha para as pedras que já tem na oficina, mede esta, avalia aquela, pede opinião ao cliente sobre qual o suporte que vai preferir, discute preços e senta-se a escrever onde lhe é possível os dados fornecidos pelo cliente.

Imaginemos que se trate de um epitáfio. Quantos fomos encarregados da redação de um jornal não recebemos encomendas dessas, anúncio de falecimentos e respetivo agradecimento da parte dos familiares! Estes raramente terão uma ideia clara do que é dado escrever nessas circunstâncias, até porque, felizmente para eles, não lhes morrem parentes todos os dias. Por conseguinte, é ao redator que compete mostrar, para escolha, os vários tipos de anúncios que é costume fazer.

Assim se passaria na época romana.

E estamos, mesmo sem disso nos apercebermos, no campo da mediação: a ideia dos familiares, concreta nalguns aspetos (nome do defunto, data de nascimento e morte), é vaga em muitos outros, justamente aqueles que se prendem com os termos da elaboração da notícia (no caso do jornal) ou do texto a gravar na pedra (no caso da inscrição). Entram em diálogo duas pessoas, cada uma com a sua experiência, a sua visão, a sua… cultura! Este, na verdade, o aspeto novo para que Giancarlo Susini chamou a atenção: a epígrafe romana é fruto justamente dessa convergência de ideologias e o artífice funciona aqui como verdadeiro mediador. Por isso se tem optado por encarar as epígrafes – as romanas e as de todos os tempos – como verdadeiros monumentos, ou documentos, culturais. E ao epigrafista cumpre não apenas decifrar o que lá está escrito, desdobrando siglas e abreviaturas, mas enquadrar tudo isso em determinado ambiente, sobre que, aliás, também deverá tecer considerações, a fim de melhor 'explorar' a fonte histórica que lhe é apresentada.

No caso do anúncio para a necrologia dum jornal, fácil será o entendimento entre o cliente e o jornalista. Imaginemos, no entanto, que, no caso da epígrafe em pedra, o canteiro sabe do seu ofício, mas é pouco mais do que iletrado. Não passou da 4ª classe, para falarmos em termos atuais. Se o texto lhe for entregue manuscrito, terá que o saber ler a preceito; se lhe for ditado e o cliente lhe fizer confiança, corre-se sério risco de haver distorções. Aliás, tal dificuldade se apresenta sempre que alguém passar a escrito o que ouve. É bem conhecido o caso, verídico, do oficial do Registo Civil que, ao perguntar ao pai da criança que nome é que lhe queria dar, este, que nem sequer ainda pensara bem nisso, respondeu:

– Sei lá. Não falámos nisso. Olhe, prante-lhe Ana!

E a criança ficou batizada de… Prantilhana!

Hoje – alargado que foi o leque de nomes passíveis de serem adotados, mesmo que de origem alheia à língua portuguesa – entendemos que a menina se chame Daiane (curioso aportuguesamento do inglês *Diane,* em homenagem à Princesa de Gales) ou que a um rapaz moçambicano se dê o nome de Herineu.

Sirvam as considerações anteriores, propositadamente despidas de rígida sequência cronológica, para melhor se entenderem os exemplos apresentados a seguir.

1. AS DUAS INTERVENÇÕES

O epitáfio patente na figura 1 pode constituir eloquente testemunho do que se acaba de referir.

Observado pelo vulgar transeunte no cemitério, é suscetível de chamar a atenção devido a vários aspetos. Seguramente, em primeiro lugar, por se tratar de um livro de mármore, preciosamente trabalhado e decorado. Depois, pela ternura que do texto dimana. E, passada a admiração, o transeunte seguirá seu caminho. O epigrafista, não – porque há pormenores a chamarem-lhe a atenção. E o mais impressionante será, sem dúvida, a verificação de que os pais da menina encomendaram o livro, sem terem em conta o que nele se iria escrever. Ou melhor: porventura lhes soara, desde logo, o diálogo:

ANJO ADORADO DEUS TE GUARDE NO SEU SEIO COMO NÓS TE GUARDAMOS NO NOSSO CORAÇÃO.

Isso pediram ao canteiro que gravasse. O canteiro, porém, teve problemas a resolver, decerto em diálogo com os pais:

– que nomes vamos gravar?

– como vamos preencher o espaço que sobra após a oração dialogada?

– como se indica a data de nascimento e a da morte?

Parecera desde logo ao epigrafista que o mármore não era de filões portugueses, nem mesmo o mais compacto e cristalino de Estremoz / Vila Viçosa apresentaria textura tal. Por outro lado, dois outros pormenores lhe chamaram a atenção: o uso da estrelinha a indicar nascimento e a cruz a assinalar a morte. Vira esse hábito – atualmente já mais divulgado – em cemitérios brasileiros e como, no texto, havia o tratamento por tu e por você, tal qual, no quotidiano, se observa no Brasil, não descansou enquanto não soube se haveria aqui alguma possível relação.

Consultado o registo do cemitério e obtido o contacto com a família, mais concretamente com a irmã, ficou a saber que o 'livro' viera de França e que não havia prévia relação com o Brasil.

Nesse caso, voltando à análise do texto, o que é que aconteceu? A primeira parte do epitáfio quiseram os pais que ficasse desta sorte, a bem patentear a sua dor, mediante uma fórmula que, porventura, já haviam visto; a parte final resulta da conversa com o canteiro. Como é habitual terminar? INFINITAS LÁGRIMAS DE SEUS PAIS E IRMÃ. A frase estereotipada, convencional – a contrastar com a mais sentida, que a dor antes ditara.

Agrada-nos sobremaneira o conjunto e, por isso, não só passa despercebida a discrepância do tratamento por tu e por você, como não nos interrogamos acerca dos apelidos escondidos nas siglas M. B. (serão os da mãe, dado que o pai é, seguramente, Amorim?). E outro pormenor escapará: a data do falecimento ficou fora do bonito motivo geométrico final.

Aliás, se observarmos agora tudo com mais atenção e com o olhar 'técnico', custa-nos, mas há que dizer que o canteiro não soube, de facto, aprimorar-se. Devia ter ensaiado no próprio mármore a posição das palavras; escolhido um módulo de letras e uma paginação mais de acordo com

o sentido do texto: ficou mal aquele TE no final da linha 4; a última parte deveria ser grafada com outro tipo de letra e claramente separada da frase anterior; a opção pela gravação segundo o eixo de simetria acabou por claramente o atrapalhar. Veja-se, na Fig. 2, como um canteiro da atualidade prepara a gravação.

Afigura-se este um bom ponto de partida para as duas reflexões seguintes: sobre o módulo das letras e sobre a relação entre texto e suporte.

2. O MÓDULO DAS LETRAS

Baseia-se a ciência paleográfica no facto de se haver adotado, ao longo dos tempos, diversa forma de se grafarem os caracteres e, assim, a moda permite, com maior ou menor segurança, datar o manuscrito.

Também a Epigrafia revelou essa tendência. O tipo de letra, o uso de determinadas fórmulas, siglas e/ou abreviaturas pode fornecer um indício cronológico a ter em conta.

A questão põe-se, de modo especial, em relação às inscrições romanas em que – salvo mui raras exceções – não vem expressa a data em que a epígrafe se preparou, porque se partia do princípio de que, por estar em material duradouro, se tratava de uma informação para sempre, atual em todos os momentos.

O uso de determinado módulo e, sobretudo, o uso de diferentes módulos num texto obedece, todavia, à vontade do cliente de acentuar, ou não, a importância de palavras ou frases. Não é, consequentemente, anormal que, numa inscrição honorífica, a identificação do homenageado haja sido grafada em módulo maior, amiúde segundo um eixo de simetria, para lhe dar realce.

Pode essa iniciativa partir do cliente ou do próprio canteiro. E, nesse âmbito, dois exemplos elucidam como a mediação do canteiro não foi a correta. Na placa toponímica da Fig. 3 a palavra "benemérito" deveria ter sido escrita no mesmo módulo do que vem a seguir e não como está, induzindo em erro acerca da identificação do homenageado. Já no epitáfio da Fig. 4 "Tesoureiro" também não faz parte do nome do defunto nem é sequer, como, à primeira vista, se poderia pensar, alusão à sua profissão: é o nome da terra

de sua residência; deveria, por isso, vir em módulo menor, como sucede noutros epitáfios do mesmo cemitério (Fig. 5).

Sirva a figura 6 (IRCP 187), paralelepípedo que veicula a homenagem prestada a um magistrado de Alcácer do Sal (a romana *Salacia*), para testemunhar um outro tipo de decisão: a sua identificação, nas duas primeiras linhas, vem em módulo maior; há, todavia, na última linha, uma palavra que se destaca: REMISIT – para bem assinalar que, embora tenha partido do povo a ideia de se cotizar para lhe fazer a homenagem, ele próprio, disso sabedor, fez questão em devolver aos promotores a verba despendida: *remisit,* "devolveu".

3. RELAÇÃO ENTRE TEXTO E SUPORTE

Apercebemo-nos, no exemplo do epitáfio da Sandra Isabel, que o texto desajeitadamente se adaptou ao suporte. Na verdade, o mais habitual deverá ter sido isso, tanto na época romana como o é também na atualidade: há já modelos prontos na oficina, o cliente escolhe um e cabe ao canteiro a missão de estudar a forma de nele incluir os dados que lhe são fornecidos.

Veja-se o caso dessa tampa de sepulcro patente no Museu Nacional Machado de Castro (Fig. 7): já tem gravada a fórmula inicial de consagração aos deuses; ao cliente competirá escolher entre o que há disponível na oficina, que poderia ser muito parecido com o que Crísis optou para, em vida, mandar lavrar o seu epitáfio (Fig. 8); deu-se o caso de o espaço propositadamente deixado em branco acabou por não ser preenchido com o que Crísis ambicionou: a idade com que viria a falecer, as siglas da fórmula *hic sita est,* "aqui jaz", e do voto carinhoso *sit tibi terra levis,* "que a terra te seja leve" (Encarnação, 1979: 179-180).

Da Quinta de Marim (freguesia de Quelfes, concelho de Olhão) se conhece uma série de epitáfios, onde se verifica a escolha do suporte de alguma graciosidade, inclusive pela decoração neles patente, obra seguramente de uma oficina local; sucedeu, no entanto, que, mui provavelmente, o texto desses epitáfios foi ditado ou entregue manuscrito ao canteiro, o qual não soube interpretar o que estava escrito na minuta, de forma que mais se intui do que se lê o que lá se encontra escrito.

Exemplifique-se com o epitáfio de *Dionysianus* e *Maritima* (IRCP 45 – Fig. 9): placa de linhas clássicas, não desprovidas de uma certa beleza, frontões triangulares como de um templo, a grinalda, as corolas, as colunas de capitéis com volutas… O texto, todavia, quer na paginação quer na ortografia deixa muito a desejar. Que significam, no fim do epitáfio de *Dionysianus,* as letras D IN I T L / T TL BL? As primeiras letras, um mistério; nas demais, poderemos deduzir que se teria querido gravar S T T L , siglas da costumeira fórmula atrás citada *sit tibi terra levis.* Afigura-se este um testemunho bem eloquente como inadequada mediação distorce por completo a mensagem. E até poderá deduzir-se que tão ignorante do *modus faciendum* era o cliente como o operário. Uma prova – que bem conhecemos do nosso quotidiano – de que o concreto (as *jeans* rotas…) facilmente se adota, o intelectual (a mudança de mentalidade) tarda a concretizar-se. Também aqui "o hábito não faz o monge"!

4. OUTRAS MEDIAÇÕES

Dão as epígrafes conta de outras mediações.

Assim, na inscrição em que se documenta a oferta, por parte de *Quintus Tallius,* cidadão de *Augusta Emerita,* de um *orarium* aos habitantes da *civitas Igaeditanorum* (atual Idanha-a-Velha*)*, informa-se que foram quatro *magistri* que, em representação da cidade, aceitaram a oferta e indicaram o lugar em que o relógio deveria ser colocado (Mantas, 1988).

Onde, no entanto, se afigura que o mecanismo da mediação mais evidentemente funcionou na época romana foi nas inscrições votivas, tanto a nível oficial como meramente particular.

Assim, no altar fundacional da cidade de Viseu (Carvalho, Carvalho e Perpétuo, 2022), dedicado ao par divino *Boricus Vissiaeigus, Albinus Chaereas*, ainda que não mencionando especificamente nenhum cargo nem função, não terá agido em nome próprio mas em representação de toda a comunidade, porventura ainda, na ocasião, não estruturada.

O mesmo se dirá, de modo especial, quando o servo ou o liberto, em inscrição votiva a uma divindade, se não limitam a identificar-se como é de uso, mas indicam por completo o nome do seu patrono ou senhor. Será, sem

dúvida, uma forma de os associar a esse ato religioso: o servo ou o liberto funcionam como mediadores.

Assim, numa inscrição de Alcácer do Sal (IRCP 182), *Marcus Octavius Theophilus* homenageia *Isis Domina* e identifica-se como *Octaviae Marcellae Moderatillae libertus,* "liberto de Octávia Marcela Moderatila", quando o normal seria apenas dizer que era "liberto de Octávia" ou, mais genericamente, "liberto de uma mulher", *Gaiae libertus.*

Também em singelo, mas elegante, altar achado na *villa* romana de Pisões (Herdade da Almocreva, S. Tiago Maior, Beja), Catulo invoca a divindade *Salus,* Saúde, *pro Gaio Atilio Cordo n(ostro)* (IRCP 290). Ou seja, identifica-se implicitamente, como "servo do nosso (senhor)" e faz o ex-voto por *Cordus.* A preposição *pro* tem esse significado ambíguo: "em prol de" ou "em vez de". A identificação do *dominus* mediante os *tria nomina* sugere, deste modo, que *Cordus* se associou à iniciativa do seu servo e que, mui possivelmente, a isso o terá incentivado.

Em Ervedal, Avis, se encontrou uma árula, de mármore branco do Alandroal, consagrada à divindade Fontano ou Fontana – ou a ambas na sua aceção masculina e feminina, porque a terminação do teónimo foi deliberadamente omitida (Encarnação, 2010: 142-144) – também por um servo, *Threptus* de seu nome. A identificação do *dominus* vem por inteiro: *Caius Appuleius Silo* (IRCP 437). Sucede, além disso, que o motivo do agradecimento tem muito a ver com a atividade agrária: *ob aquas inventas,* "por se haver encontrado água". Imaginaríamos *Threptus* um vedor, de vara de sabugueiro na mão, ou simplesmente perscrutando a humidade e a vegetação do solo… Quiçá, portanto, não apenas o fautor da descoberta do lençol freático mas também aquele a quem o senhor roga que renda graças à divindade protetora dos filões aquáticos. O seu mediador.

Permita-se-me que termine com mais um exemplo: a singela placa comemorativa oferecida aos participantes do 1º Encontro Nacional de Toponímia, promovido pela Câmara Municipal de Coimbra, a 8 de novembro de 2008 (Fig. 10).

Ainda que a maioria das placas toponímicas da cidade não sejam de azulejo, optou-se por esse meio, na medida em que, desta sorte, se atingiam

dois objetivos: mostrar um dos suportes mais correntes da toponímia urbana e fazer alarde duma das artes tradicionais coimbrãs, a azulejaria em tons de azul, pontilhada de motivo decorativo geométrico, em jeito de naperão. Tudo bem, tudo dentro dessa ótica cultural que importava transmitir a quem viera dos quatro cantos de Portugal. Por seu turno, os dizeres nada teriam de especial:

– A identificação do Encontro. Indicou-se o 1º na perspetiva de haver um 2º, que não chegou ainda a concretizar-se (o mal que amiúde acontece quando se opta por designar "o 1º…").

– Referiram-se as coordenadas espaciais e temporais: Coimbra 2008.

– Mencionou-se, como era de lei, o promotor da iniciativa, a Câmara Municipal, com o seu (na altura, novo) logótipo. O pintor não se esmerou lá muito no desenho do logótipo, mas procurou, ao invés, dar um ar da sua graça, incluindo o E dentro do D, assim à moda antiga.

Tudo perfeito.

Mas… o pincel traiu o pintor e houve um r que involuntariamente deslizou para n! Se o encomendante deu pelo lapso, decerto já foi tardiamente, os azulejos já estavam prontos, devidamente esmaltados, não valeria a pena fazer outros, corrigidos, até porque (poderia ter-se pensado) raro será o participante que reparará nisso. Contudo, o que deve ter acontecido foi o mais habitual: ninguém deu conta do deslize e, se calhar, nem o próprio pintor disso se apercebeu, o que não é nada invulgar, porque o executante 'pensa' letra a letra e, no momento, não observa o conjunto. Estou a lembrar-me do canteiro dum monumento cascalense que grafara CORRƎIA, com o E invertido, por ter mudado de posição no momento da gravação e só nisso reparou quando o monumento estava para ser inaugurado (Fig. 11). Quem, agora, ler CORREIA – e muitos lerão, sem se aperceberem do lapso – hão de pensar que foi 'estilo', vontade do canteiro de ser diferente. Nada disso: enganou-se!

Tudo isto para sublinhar quanto a mediação enriquece – ou empobrece – um ato final. Ao historiador e, neste caso, ao epigrafista cabe discernir, avaliar e mostrar na sua análise os vários aspetos de que uma epígrafe romana, medieval, moderna ou contemporânea – como o singelo azulejo coimbrão – é, indiscutivelmente, um testemunho cultural.

CONCLUSÃO

Perguntou-se:

– Será que os monumentos epigráficos, os atuais e os da época romana, revelam mediações?

– Uma mediação negativa ou positiva?

– Uma mediação que, além de técnica (relacionada com a execução da epígrafe na oficina), se revestirá também de uma componente cultural, na medida em que o mundo do canteiro se cruza com o mundo de quem encomenda a epígrafe?

Debruçámo-nos sobre testemunhos tanto da Antiguidade como dos nossos dias suscetíveis de responder a essas questões.

Com efeito, observámos mediações positivas (o executante melhorou a encomenda e adaptou-a ao que era habitual na sua arte) e mediações negativas (o executante não compreendeu capazmente o que lhe fora encomendado e cometeu erros, erros de execução técnica ou erros de escrita).

Vimos, todavia, que toda essa análise se deve deixar envolver, digamos assim, pelo "manto da Cultura"; isto é, as personagens implicadas no processo não são "ilhas" – para se usar a conhecida expressão de John Donne (1624: VII), "Nenhum homem é uma ilha" – estão inseridas num dado momento, num dado clima geográfico, social, emocional… E a epígrafe acaba por ser, por conseguinte, não apenas o letreiro mas a sua envolvência, o que lhe está derredor.

BIBLIOGRAFIA

Carvalho, Pedro Cardoso; Carvalho, Pedro Sobral; Perpétuo, João (2022). *Vissaium*, a cidade lusitana redescoberta. In Trinidad Nogales Basarrate (Ed.), *Ciudades Romanas de Hispania II* / Cities *of Roman Hispania II* (393-412). Roma: L'Erma di Bretschneider.

Donne, John (1624). *Devotions Upon Emergent Occasions, and several steps in my Sickness.* London: Printed for Thomas Iones, XVII.

Encarnação, José d' (1979). Notas sobre a epigrafia romana de Coimbra. In *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro* (171-180). Coimbra. http://hdl.handle.net/10316/25775.

— ([2]2010). *Epigrafia – As Pedras que Falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://hdl.handle.net/10316.2/2701.

— (2018). Apostilas epigráficas – 7. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, 155-168. http://hdl.handle.net/10316/81364.

— (2020). Caminhos da ciência epigráfica. In António Sartori; Attilio Mastino; e Marco Buonocore (Coord.), *Studi per Ida Calabi Limentani Dieci Anni dopo «Scienza Epigrafica»* (127-137). Faenza: Fratelli Lega Editori, http://hdl.handle.net/10316/95033.

— (2024). Apostilas epigráficas – 16. *Mátria XXI*, 13, 17-31. https://hdl.handle.net/10316/115521.

IRCP = Encarnação, José d' (1984). *Inscrições Romanas do* Conventus Pacensis. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*. Instituto de Arqueologia, Coimbra. Acessível em http://hdl.handle.net/10316/578 [Cita-se mediante o nº da inscrição no catálogo].

Mantas, Vasco G. (1988). *Orarium donauit Igaeditanis*: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. In *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela. 1986)* (415-439). vol. II. Santiago de Compostela: Universidad.

Sartori, Antonio e Gallo, Federico (Coord.) (2019). *L'Errore in Epigrafia*. Milano: Biblioteca Ambrosiana.

Susini, Giancarlo (1966). *Il lapicida romano. Introduzione all'Epigrafia Latina*, Bologna. Inserido em Susini, Giancarlo (1997), *Epigraphica Dilapidata*. Faenza: Fratelli Lega Editori, 7-69.

Susini, Giancarlo (1997). *Epigraphica Dilapidata*. Faenza: Fratelli Lega Editori.

Fig. 1 – O epitáfio de Sandra Isabel.

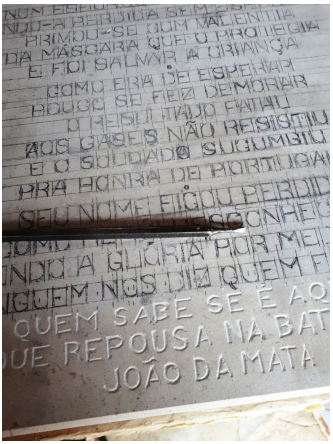

Fig. 2 – A preparação da gravação.

Fig. 3 – Benemérito: adjetivo e não antropónimo.

Fig. 4 – Topónimo e não antropónimo.

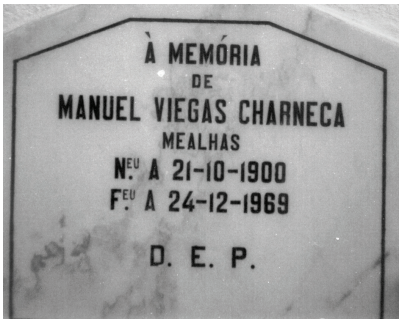

Fig. 5 – A distinção correta.

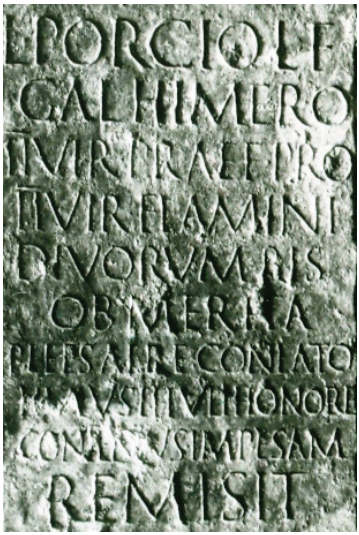

Fig. 6 – IRCP 187.

Fig. 7 – Tampa com DMS.

Fig. 8 – *Chrysis sibi posuit*.

Fig. 9 – IRCP 45.

Fig. 10 – Lapso de escrita.

Fig. 11 – Erro de posição do canteiro.